

Comunicação Organizacional Crítica e a Teoria Crítica da Comunicação Organizacional*

Jair Antonio de Oliveira
(Universidade Federal do Paraná/
MEDUC – Mídia Linguagem e Educação)

Índice

| | |
|--|---|
| 1 Comunicação Organizacional Crítica (COC) | 1 |
| Referências | 9 |

Resumo

A teoria Crítica da Comunicação Organizacional encara a organização como um local de conflitos de classe onde estruturas de poder são reveladas. A contribuição dessa teoria é enorme, no entanto não basta assumir uma posição crítica para superar as contradições, pois há o risco da superlocalização e subteorização das relações sociais e a relativização das necessidades. Neste aspecto, um domínio teórico chamado de Comunicação Organizacional Crítica não é apenas um apêndice de uma Teoria Crítica Geral: adota como pressuposto a noção de linguagem performativa e exige que seus integrantes sejam “ironistas”. Nessa perspectiva as pessoas são nominalistas, historicistas, conscientes da contingência de seu

*Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho em Comunicação Organizacional do XXI Encontro da Compós, na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, de 12 a 15 de junho de 2012.

vocabulário e fazem da redescrição a sua metodologia. Justificam as suas escolhas pelo confronto entre o “novo e o velho” e têm como objetivo problematizar as metáforas em uso na comunicação organizacional.

Palavras-Chave: Comunicação, Organização, Crítica.

1 Comunicação Organizacional Crítica (COC)

A primeira questão a ser abordada é a seguinte: precisamos de uma Comunicação Organizacional Crítica? As teorias críticas existentes não são capazes de atender as demandas na área? A depender de muitos autores e pesquisadores sim! É preciso uma perspectiva teórica que reconheça a natureza puramente retórica e política (performativa) dos “fatos” constatados no cotidiano das organizações e não como a representação da realidade em si. Austin (1962) já havia observado que todas as constatações são na realidade performativos disfarçados e, deste modo, não há enunciados “inocentes”. Rajagopalan (texto s/d, p.3) diz: “(...) as afirmações do cientista nada têm de ontológico ou de epistemológico. Elas são (to-

das elas) enunciados revestidos de modalidade deontica. São expressões de desejo ao invés de constatações factuais, passíveis de averiguação em termos veritativos”.

Por mais que pareça paradoxal é preciso revisitar a questão política e ideológica nas teorias críticas atuais e postular para a Comunicação Organizacional a ideia de que todos os discursos são elaborações “interessadas” e “criativas” da realidade e isto não isenta nenhum pesquisador ou modelo. Em outras palavras: todas as constatações feitas pela ciência são atos performativos e, portanto, práticas políticas situadas que constroem as representações e a elaboração de leituras. Neste aspecto, uma Comunicação Organizacional Crítica (COC) pode/deve (a questão ética por excelência) evitar as contradições mais visíveis em algumas das teorias críticas utilizadas na atualidade. Por exemplo, as perspectivas que se colocam como “redentora” de uma situação discursiva ideal (a ideia de que o pesquisador ao desvelar as interferências e mediações sobre/no discurso consegue “retornar” a uma situação de estabilidade e normalidade da língua); ou aquelas abordagens que se colocam sempre em uma postura axiológica contrária a certos valores econômicos e morais fazendo convergir as suas análises para as manifestações de formas de poder capitalista, conflito de classe, deformações ideológicas etc. É o caso de alguns modelos que encerram pressupostos marxistas, embora seus autores não sejam necessariamente materialistas dialéticos, para a “interpretação” da realidade, organizacional ou não (FAICLOUGH, 1995; VAN DIJK, 1993a, 1993b; KRESS, 1990; WODAK, 1996), entre outros. Há, também, as perspectivas “neoiluministas” cujas abordagens procuram o “consenso” comu-

nicativo sustentado pela racionalidade dos agentes sociais, como é o caso de Habermas (1984). Habermas tem uma crença exacerbada nas possibilidades da racionalidade como um caminho para alcançar uma situação “discursiva ideal” e assim eliminar as aparentes ou reais distorções sobre/no discurso/comunicação.

Não é possível passar ao largo das teorias que propõem a “cooperação” como uma saída para explicar todos os “equívocos” comunicacionais (GRICE, 1975) e nem dos modelos que têm na performance polida e em metáforas teatrais o seu leitmotiv (LECCH, 1983, GOFFMAN, 1999). Obviamente, esses teóricos operam com outros pressupostos e não pertencem às chamadas “escolas críticas” – uma relativização para “grupos fechados” unidos por interesses convergentes. No entanto, como a noção de “cooperação” e “performance” constitui foco de atenção no âmbito da Comunicação Organizacional em uma perspectiva crítica (MUMBY, 2009), é necessário ressaltar os deslocamentos que ocorrem com o emprego desses termos, em especial, a ideia griceana de que os “(...) diálogos que são travados pelos indivíduos não consistem em uma sucessão de observações desconectadas e sem sentidos” (OLIVEIRA, 2009, p. 197). O princípio de cooperação foi estabelecido a partir de pressupostos centrados na ideia de “objetivo comum” (objetivo estabelecido pela natureza humana) e não por aquela comunidade em particular (cujos desígnios podem ser diferentes). Esta universalização, evidentemente, não leva em consideração as diferenças interculturais no que diz respeito ao “o que é comportamento cooperativo” para comunidades distintas. Enquanto Grice propõe uma série de máximas con-

versacionais que os falantes racionais devem seguir a fim de serem cooperativos nas interações (Máxima de Modo, Máxima de Relação, Máxima de Quantidade e Máxima de Qualidade); Keenan (1976) demonstrou que essas noções não são aplicáveis indistintamente, pelo menos para a cultura Malagasy (Vakinankaratra, Madagascar). Nesse contexto, a “razão”, como o termo é usado na tradição platônica e kantiana, não está entrosada com a noção de verdade como correspondência ou da moralidade como obediência a princípios universais. A forma da cooperação Malagasy, por exemplo, consiste em fazer contribuições conversacionais “opacas, enroladas e não-evidentes” tanto quanto possível (adaptado de OLIVEIRA, 1999, p.32-33).

É interessante observar o que diz Rorty (1991) sobre o emprego do termo “razão”:

Nós tendemos a identificar a busca da verdade objetiva com o uso da razão, e desta forma consideramos as ciências naturais como paradigma da racionalidade. Nós também imaginamos a racionalidade como um problema de seguir procedimentos estipulados, de ser metódico. Então, tendemos a usar ‘metódico’, ‘racional’, ‘científico’ e ‘objetivo’ como sinônimos. Nós imaginamos os poetas e pintores como empregando outras faculdades além da razão em seu trabalho, porque, como eles próprios confessam, não estão certos do que desejam antes de concretizarem isto. Essas pessoas compõem novos padrões ao longo do processo de criação. Ao contrário, nós

encaramos os juízes como sabendo previamente quais os critérios que uma sentença deve satisfazer para invocar uma decisão favorável; e das pessoas de negócios (empresários) como estabelecendo objetivos bem determinados e sendo avaliados pelo sucesso em levá-los adiante (RORTY, 1991, p. 36. Minha tradução).

O fato é que todas as contradições das teorias críticas, ou das teorias que são usadas pelos pesquisadores para descrever e explicar os “problemas” no âmbito da Comunicação organizacional são “artificiais” e não “naturais”, isto é: os problemas são fabricados e por isso é possível desconstruí-los, conhecendo os estados intencionais e crenças dos indivíduos envolvidos. Não é preciso descartar a noção de cooperação, racionalidade, performance, mas colocá-las sob suspeita (*under erasure*), como propôs Derrida (1973). Além disso, as contradições observadas servem para ressaltar que a Comunicação Organizacional Crítica, ao lado da questão ética, tem um entorno diferenciado das perspectivas críticas atuais da Comunicação Organizacional. Ou seja: não se trata apenas de alterar a nomenclatura (rótulo) mas de uma mudança conceitual. Uma palavra chave para a Comunicação organizacional Crítica é a “performatividade”: conceito em que a linguagem é definida como uma forma de ação e a fala como um ato linguístico. A performatividade é inerente à linguagem e não algo que se acrescenta a ela (AUSTIN, 1962). Isto quer dizer que ao usarmos os atos de fala performativos nós estamos fazendo coisas com a linguagem e não estamos, apenas, descrevendo ou explicando

os fatos do mundo. Vamos usar o seguinte relato para explicar melhor: **A** e **B** são funcionários de uma mesma empresa e trabalham na mesma seção. **A** tem um “caso” com a funcionária **C**. Os dois colegas estão trabalhando em um relatório quando **B** percebe a aproximação de **C** e diz para o interlocutor **A**:

(1) **B**: Olha a encrenca chegando.

O falante **B**, ao produzir a locução (1), com certo sentido convencional, não está meramente descrevendo um fato, mas realizando uma ação que pode ser:

- a. Uma **ameaça** para **A** (você está tendo um “caso” com a funcionária mais bonita e por isso eu estou com inveja);
- b. Uma **advertência** para **A** (para tomar cuidado com esse tipo de relacionamento dentro da empresa);
- c. Um **aviso** para **A** (a “encrenca” está chegando pois **C** descobriu que **A** é casado);
- d. Um **pedido** para **A** (para me afastar pois não quero participar da discussão).

Apesar da simplicidade do exemplo (1) a ideia é mostrar como estamos realizando ações com as palavras (construindo as representações); antes de, simplesmente, usando a linguagem para descrever o mundo à nossa volta (representando a realidade como em um espelho). “(...) as pessoas comunicam algo mais e outras coisas além dos fatos: elas compartilham emoções, desejos, dão ordens e assim por diante: ‘fazem coisas com as palavras - coisas que não são reduzíveis aos fatos’ (MEY, 2003, p.336).

Neste ponto, é necessário ressaltar que a noção de “performativo” (AUSTIN, 1962) não deve ser confundida com a noção de “performance” (GOFFMAN, 1999); embora alguns autores, particularmente aqueles que se dedicam aos estudos de gênero e identidade, enfatizem a proximidade “(...) a realidade do gênero é performativa, o que significa, simplesmente, que é real apenas na medida em que é performada” (BUTLER, 1990, p. 278). Loxley (2007, p. 139) observa que os estudos em torno da performance constituem, em certa medida, uma extensão de estudos teatrais; um reconhecimento de que certos tipos de performance, dignos de atenção acadêmica, não estão limitados ao que costumamos chamar de teatro, nem restritos ao espaço do palco. No campo dos estudos críticos da Comunicação organizacional, Mumby (2009) salienta os estudos da *Performance Ethnography*. Segundo o pesquisador, esse modelo enfatiza o caráter dramático de nossa cultura essencialmente baseada na performance (Goffman) e encara os performativos cotidianos como textos a serem interpretados.

O fato é que não iremos propor a dicotomia Performatividade X Performance reproduzindo aqui toda a escalada filosófica tradicional de articular os discursos em torno de hierarquias disfarçadas. No entanto, é necessário frisar que não há tipos específicos de verbos (*dicendi*) que enclausurem os performativos e nem classificações que possam restringir essa força. Searle (1995), por exemplo, propõe uma taxonomia dos atos ilocucionários (Ilocução, ilocutório e ilocucionário aqui são equivalentes à força performativa e performatividade) com o objetivo de saber quantas são as categorias de atos ilocucionários e Benveniste (1992) coloca a

performatividade como uma função subordinada a critérios formais. Mas como bem salientou Rajagopalan (1992, p. 116) “(...) simplesmente não há como reduzir ou decompor um ato em algo que seja de qualquer outra natureza, pois são eles, os atos ilocucionários, as unidades mínimas da teoria, entes genuinamente êmicos”. Em outras palavras, os chamados atos “êmicos” são aqueles comportamentos verbais interpretados conforme o uso e função que têm no mundo particular e cultural em que os indivíduos estão situados; mais ou menos como disse Wittgenstein (1985), ao propor o conceito de linguagem como “Forma de Vida” e quem quiser entendê-la precisa viver essa forma de vida.

Enquanto palavra-chave para a Comunicação Organizacional Crítica a performatividade precisa de uma noção de trabalho; embora qualquer conceito que se estabeleça para essa ideia represente uma restrição. Quer dizer, um conceito pleno talvez seja “indizível”, embora os performativos dependam dos atos convencionais para funcionar e por isso podemos falar da performatividade como uma forma de compulsão para alterar aquilo que é “normalizado” sob o peso das convenções. Derrida (1991) encontra-se de acordo com uma descrição austiniana de linguagem como produtora de efeitos e não como meio de transporte de sentido; mas não vê a possibilidade de construir uma teoria que possa dar conta da multiplicidade desses efeitos. No entanto, assinala com a noção de “iterabilidade” (repetição/alteridade) o fato de a linguagem garantir, simultaneamente, estabilidade e diferenciação como características de todos os elementos linguísticos. A iterabilidade pensada como uma condição estrutural do performativo, mais a “força de

ruptura” (nenhum contexto ou código podem enclausurar o acontecimento) pavimentam uma definição de performatividade a ser usada neste trabalho (em muitos aspectos essas idéias de Derrida foram exploradas por Butler). Agora, o que se torna importante ressaltar para o ato performativo é a sua intencionalidade: “(...) uma palavra ou frase usada nesta ou naquela ocasião para justificar um padrão de comportamento por nós elaborado e contemplado” (WITTGENSTEIN *apud* SHIBLES, 1985, p. 121).

Em “Papel-Máquina” (2004, p. 38) Derrida diz: “(...) Porém, jamais uma máquina enquanto tal, por mais performante que seja, poderia, na estrita ortodoxia austiniana dos atos de linguagem, produzir um acontecimento do tipo performativo”. E continua com a seguinte ressalva: “A performatividade pura depende da presença de um vivente, e de um vivente que fale uma única vez, em seu nome, na primeira pessoa. De maneira espontânea, intencional, livre e insubstituível”. Neste aspecto, a normatividade social que os indivíduos expressam por meio dos atos polidos (ou não polidos) está inserida na dimensão da **performance**. Já a possibilidade de ruptura da acomodação/estabilidade implica no caráter **performativo** dos acontecimentos. Um não é equivalente ao outro; mas estão em uma relação de interdependência. Não há uma hierarquia entre esses gestos, pois enquanto a performance dos atos polidos dá uma moldura simbólica e material para os comportamentos individuais que se repete coletivamente; os atos performativos implicam em uma possibilidade de ruptura. O rompimento, a quebra, é a força do próprio performativo (BUTLER, 1997). Neste momento,

outra palavra-chave para a Comunicação Organizacional Crítica se impõe: política.

Proponho agora reservar o nome de política a uma atividade (...). A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era destinado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho. (...) Para que uma coisa seja política, é preciso que suscite o encontro entre a lógica policial e a lógica igualitária, a qual nunca está preconstituída. Nenhuma coisa é então por si política. Mas qualquer coisa pode vir a sê-lo se der ocasião ao encontro das duas lógicas (RANCIÈRE, 1996, p.42-45).

No que diz respeito aos atos de fala performativos, os indivíduos estão fazendo escolhas linguísticas e não linguísticas o tempo todo. Toda escolha está, necessariamente, ligada ao universo de valores individuais e coletivos, ao campo da ética, conseqüentemente, ao campo da política. As escolhas são intencionais, possuem motivos que nos permitem entendê-los; permitem uma investigação desses motivos e por isso "(...) Entenda-se tal ação como a possibilidade que os indivíduos encontram para se adequar ou transgredir as condições de uso vigente (...) e a um ajuste ou violação aos interesses e valores em pauta para a obtenção dos efeitos intencionados" (OLIVEIRA, 2010, p.58). No contexto atual das organizações o uso performativo da linguagem não se limita

a um roteiro pré-estabelecido e por isso novas formas de fazer política são necessárias. Nada no mundo está fora do alcance das atividades das organizações. A possibilidade que as instituições têm hoje em dia de impor seus desígnios é muito grande; mas isto não quer dizer que vivemos sob os auspícios do *Big Brother* imaginado por Orwell (1998). A criação de políticas de resistência (dentro e fora das organizações) é necessária para que as empresas, igrejas, escolas, grupos, não imponham uma única pauta como "verdadeira" ou estabeleçam os objetivos finais de suas empreitadas como se fossem os objetivos de toda a humanidade; e dos próprios animais também (não é à toa que hoje falamos em política de defesa dos animais, uma vez que os desígnios do "Senhor" também são colocados sob suspeita na atualidade: "Sede fecundo e prolíficos, enchei a terra e dominai-a. Submetei os peixes do mar, os pássaros do céu e todo animal que rasteja sobre a terra" (GÊNESIS, 1-2, 28).

Fazer política em/com uma Comunicação Organizacional Crítica requer a elaboração de novas formas de "capital" além do econômico, social e cultural proposto por Bourdieu (1986). Na realidade, a ideia de um capital "teórico" e um capital "afetivo" se tornam relevantes para superar o próprio determinismo em que a teoria de Bourdieu se encapsulou "(...) falha em mostrar como os atores podem atualmente intervir para mudar o acontecimento das coisas" (PENNYCOOK, 2001, p.126-127); e, principalmente, para sinalizar que o aspecto pragmático (político) dos atos performativos está relacionado a outros pressupostos do que significar pensar/pensamento nos dias de hoje.

O afeto é entendido como uma forma de pensamento, geralmente indireto e não reflexivo, é verdade; mas pensamento apesar de tudo. (...) O afeto é uma forma diferente de inteligência a respeito do mundo e todas as tentativas anteriores em relegar o afeto para o lado irracional ou elevá-lo ao nível do sublime são igualmente equívocos (THRIFT, 2007, p.175).

As economias Pós-Industriais (BELL, 1973) estão a requerer novas formas de pensamento, pois dependem do conhecimento e da criatividade como suas matérias primas essenciais. Então, uma nova “política do afeto” precisa ser instituída no âmbito organizacional sem o maniqueísmo atual, onde toda a engenharia é empregada para enfatizar a emoção (afeto) como um índice de credibilidade e confiança que legitime atos/atitude empresariais diante das regras da mídia. O fato é que toda a questão da constituição do afeto (e das diferentes metáforas que estão associadas ao termo: emoção, sentimento, ou como forma de pensamento) é altamente dependente do contexto e de uma concepção performativa (não representacional) de linguagem. Um indivíduo, nesta perspectiva, deve ser nominalista e historicista; pois essa pessoa irá lidar/criar descrições do mundo – e não necessariamente com o próprio mundo. Rorty (1994, p.26) diz: “O mundo não fala, só nós é que falamos”. Diante do atual vocabulário usado pela Comunicação Organizacional, por exemplo, o indivíduo assume uma posição “ironista”, pois sabe que essa teoria está organizada de acordo com uma “tradição” e não como correspondência a um diferente objeto de conhecimento. É pre-

cisamente a percepção de que não se pode fugir da própria linguagem que leva o indivíduo ironista a redescrever permanentemente os vocabulários que encontra de uma forma poética e não de acordo com “(...) uma investigação diligente segundo critérios anteriormente formulados” (idem, p. 108). O que o sujeito ironista renega do passado é a postura metafísica que pressupõe existir no vocabulário que adota uma espécie de essência real. Assim, uma pergunta do tipo: Qual é a natureza da Comunicação Organizacional? Das Relações Públicas? não ocupará espaço em suas atividades; mas uma pergunta do tipo: “Como criar outros vocabulários além destes em que estou a ser educado? Certamente, sim! O que pode não ser óbvio neste momento é a contradição entre a posição ironista defendida por Rorty e a questão política que almejamos para a Comunicação organizacional Crítica (COC). Rorty, por exemplo, não crê na suposição defendida por Habermas e outros autores marxistas de que o significado real de uma perspectiva filosófica consiste nas suas implicações políticas e que o quadro final de referências para os julgamentos seja um quadro político; pois a própria filosofia política e seus “problemas centrais” estão inseridos em uma ordem “natural” de justificativas. A crítica dentro da Comunicação Organizacional Crítica (COC) será sempre uma questão privada, isto é: não é possível ou desejável que se estabeleça uma cultura geral crítica (onde a própria crítica desapareceria) e, por mais que isto seja desejável, não é possível pelo grau de desestabilização que causaria. O objetivo não é destruir, mas colocar sob suspeita e redescrever. Deste modo, a perspectiva da COC é política – não por estar relacionada a uma ordem natural dos aconte-

tecimentos ou por acreditar que tenha um objetivo último definido por D'us, pelo destino, pelo diabo ou por Karl Marx; mas por que os seus integrantes não podem/desejam passar incólumes pelo vocabulário que herdaram; e assim fazem novas e criativas escolhas linguísticas e não linguísticas. Certamente, algumas redescrições causam ressentimentos às pessoas – muitos indivíduos estão de tal forma habituados e satisfeitos com os preceitos que receberam como “ensinamentos” que não desejam ser redescritos; ou que as metáforas que estão acostumados desapareçam ou que o vocabulário final que define o seu mundo seja substituído. É fácil perceber como muitas pessoas na atualidade sentem-se humilhadas com o vocabulário imposto pela digitalização da sociedade; pois este vocabulário é sinônimo de “moderno”, “dinâmico” e esses indivíduos ainda não estão familiarizados com essa redescrição e, por isso, às vezes, são rotulados como “incapazes”, “antigos” ou “sem estudo”. Mas esta não é a história contada pelos ironistas, cujos relatos são para educar e não para reprogramar. No contexto da COC, as pessoas ironistas sabem que “(...) a melhor maneira de causar uma dor duradoura às pessoas é humilhá-las fazendo as coisas que lhes pareciam importantes assumirem um aspecto fútil, obsoleto e impotente” (RORTY, 1994, p. 122).

Enfim, uma atividade como a Comunicação Organizacional Crítica (COC), cujos pressupostos teóricos são a Performatividade da Linguagem e a Política (entendida aqui como a expressão de um comportamento social valorativo permanente por parte dos indivíduos) somente será efetiva se levar em conta o que Bach (1974) chamou de “meta-preocupação”, termo explicado por

Rajagopalan (texto s/d, p.1) como o “pensar sobre o próprio pensar”. Em outras palavras, a reflexão (pensar) que o pesquisador ou comunicador crítico realizar deve levar em conta também a reflexão feita pelo chamado “leigo”. Alguém pode contestar e dizer que no âmbito da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas isto é um procedimento rotineiro; mas na prática não é isso o que se constata. Frequentemente, quando novas propostas são colocadas em prática nas organizações os “próceres” da reengenharia tratam de se distanciar e rejeitar o conhecimento tido como “ não-científico”; uma vez que a reengenharia é um processo “científico e racional” para otimizar custos, tempo e serviços com a máxima mais valia (que o digam os milhões de desempregados em todo o mundo graças a essa forma de pensar). A meta-preocupação da COC não deve fazer distinção entre as origens das reflexões sobre o que é Comunicação Organizacional e sobre as críticas (problematizações) apontadas. Metodologicamente, os indivíduos na COC justificarão as suas escolhas por meio do confronto entre o “velho” e o “novo”, mas isto não significa abdicar da forma de conhecimento que os indivíduos “anônimos” dentro da sociedade possuem. Geralmente chamado de “senso comum”, essa forma de pensar é uma lógica do cotidiano e deve ser valorizada e repetida enquanto prática (BERGER & LUCKMANN, 1984) e prática local (PENNYCOOK, 2010). Não estamos falando simplesmente da noção de *habitus*, que são procedimentos incorporados, disposições, atitudes e comportamentos que se tornam escritos em nossos corpos (ocorrências físicas e temporais); mas de diferentes modos em que os indivíduos estão a usar as palavras para criar linguagem e a arti-

cular diferentes formas de linguagem para diferentes propósitos e leituras no universo sócio-semiótico em que estão inseridos. O teórico da COC lida com a contradição diariamente: sabe que não sabe como as pessoas, no ambiente organizacional e fora dele, estão realmente lendo os textos que são produzidos e sabe que o modo de leitura hegemônico (recepção) não reflete como as coisas realmente acontecem na vida social dos textos. No entanto, tem uma certeza inabalável na contingência da linguagem, no seu caráter performativo, nas possibilidades da redescritção, em novas formas de pensar e fazer política e, finalmente, da dependência que tem dos outros Sujeitos, anônimos ou não! XXX

Referências

- AUSTIN, John Langshaw. (1962), *How to Do Things with words*. Oxford: Clarendon Press.
- BACH, E. Explanatory inadequacy. (1974), In: COHEN, D. (Org.). *Explaining Linguistic Phenomena*. New York: John Wiley & Sons, p. 153-171.
- BELL, Daniel. (1973), *The Coming of a Post-Industrial Society*. New York: Harper Books.
- BENVENISTE, E. (1992), *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo: Pontes Editora.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. (1994), *A Construção Social da Realidade*, 11. Ed. Petrópolis: Vozes.
- BIBLIA Sagrada. (1981), Rio de Janeiro: Gama Editora.
- BOURDIEU, P. The Forms of Capital. (1986), In: RICHARDSON, G. (Ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Westport: Greenwood, p. 242-258.
- BUTLER, Judith. (1997), *Excitable speech: a politics of the performative*. London: Routledge.
- _____. (1990), *Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminism Theory*. In: CASE, S. (Ed.). *Performing Feminisms: Feminist Critical Theory and Theatre*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- DERRIDA, Jacques. (1973), *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (1991), *Limited Inc*. Campinas: Papirus Editora.
- _____. (2004), *Papel- Máquina*. São Paulo: Editora Estação Liberdade.
- _____. (1992), *Margens da Filosofia*. Campinas: Papirus.
- FAIRCLOUGH, N. (1995), *Critical Discourse Analysis*. London: Longman.
- GOFFMAN, Erwin. (1999), *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1976), *Replies and responses*. *Language and Society*, v. 5, p.257-313.
- GRICE, H.P. (1975), *Logic and Conversation*. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Eds.). *Syntax and semantics 3: speech acts*. New York: Academic Press.

- HABERMAS, J. (1984), *The Theory of Communicative Action*. Boston: Beacon.
- KEENAN, Elionor. (1976), *The Universality of Conversational Postulates*. *Language and Society*, v.5, p. 67-80.
- KRESS, G. (1990), *Critical Discourse Analysis*. *Annual Review of Applied Linguistics*, v.11, p.84-89.
- LEECH, G. (1983), *Principles of Pragmatics*. London: Longman.
- LOXLEY, James. (2007), *Performativity*. New York: Routledge.
- MARCHIORI, Marlene Regina. (2008), *Comunicação organizacional e Perspectivas Metateóricas: interfaces e possibilidades de diálogo no Contexto das Organizações*. In: OLIVEIRA, L. (Org.). *Interfaces e Tendências da Comunicação no Contexto das organizações*. São Caetano do Sul(SP): Difusão Editora.
- MEY, Jacob. (2003), *Context and (dis) ambiguity: a Pragmatic View*. *Journal of Pragmatics*, 35, p.331-347.
- MUMBY, Dennis K. (2009), *A Comunicação Organizacional em ma Perspectiva Crítica (Entrevista)*. São Paulo: Revista *Organicom*, Ed. Especial, ano 6, número 10/11.
- OLIVEIRA, J.A. (2009), *(Re) Vendo a Linguagem: uma análise crítica da comunicação organizacional*. In: KUNSCH, Margarida M.Krohlin (Org.), *Comunicação Organizacional, volume 2, (Linguagem, Gestão e Perspectivas)*. São Paulo: Editora Saraiva, p. 189- 212.
- _____. (1999), *As Dimensões Pragmáticas da Cooperação Jornalística*. São Paulo: ECA/USP, Tese de Doutorado.
- _____. (2005), *Polidez e Identidade: a virtude do simulacro*. Disponível no site <http://www.bocc.ubi.pt> da Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade Beira do Interior (Portugal).
- _____. (2010), *A Pragmática da Comunicação*. In: *Revista Linguagem em Foco*, v.2, número 2. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE, p. 53-68. (Disponível também em versão digital no site: <http://www.bocc.ubi.pt>).
- ORWELL, George. 1984. (1998), São Paulo: Companhia das Letras.
- PENNYCOOK, Alastair. (2001), *Critical Applied Linguistics: a critical introduction*. London: LEA.
- _____. (2010), *Language as a local practice*. London: Routledge.
- PUTNAM, Linda; CHAPMAN, P. (2004), *Metáforas da Comunicação Organizacional*. In: CLEGG, S.; NORD, W. (Orgs). *Handbook de Estudos Organizacionais: Ação e Análise Organizacionais*, v.3. SP: Atlas.
- RANCIÈRE, Jacques. (1996), *O Desentendimento*. São Paulo: Editora 34.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. *O Fazer (Sentido) da Linguística*. Campinas: texto mimeo., s/d.

_____. (1992), A Irredutibilidade do Ato Illocucionário como Fator Inibidor do Êxito das Tentativas Taxonômicas. In: D.E.L.T.A., vol.8, número 1, p.91-133.

RORTY, Richard. (1994), Contingência, Ironia e Solidariedade. Lisboa: Editoria Presença.

_____. (1991), Science as solidarity. In: Objectivity, relativism and truth. Cambridge: Cambridge University Press, p.35-45.

SCROFERNECKER, Cleusa Maria Andrade. (2008), O Diálogo Possível: Comunicação organizacional e o Paradigma da Complexidade. Porto Alegre: Edipucrs.

SEARLE, John. (1995), Expressão e Significado. São Paulo: Martins Fontes.

SHIBLES, W (1985), Wittgenstein, Linguagem e Filosofia. São Paulo: Cultrix.

THRIFT, Nigel. (2007), Non-Representational Theory: space, politics, affect. London: Routledge.

VAN DIJK, T. (1993a), Discourse and Elit Racism. London: Sage.

_____. (1993b), Principles of Critical Discourses Analysis. Discourse and Society, 4 (2), p.249-283.

WITTGENSTEIN, Ludwig. (1985) Philosophical Investigations. London: Basil Blackwell and Mott.

WODAK, R. (1996), Disorders of Discourse. London: Longman.